



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Blumenau - SC - Brasil

UM NOVO OLHAR PARA AS CIDADES EDUCADORAS

Márcia Azevedo de Lima (Propur/ UFRGS) - malima.mgo@gmail.com
Pós-doutoranda em Planejamento urbano e Regional

Marcos Miethicki da Silva (UNISINOS) - mmiethicki@unisinós.br
Mestre em Arquitetura

Patrícia de Freitas Nerbas (PROPAR/ UFRGS) - patriciafnerbas@gmail.com
Doutora em Arquitetura

Um novo olhar para as cidades educadoras

RESUMO

O conceito de Cidades Educadoras traz a ideia da cidade como projeto educativo, que implica conceber que a cidade pode se transformar em um agente educador a partir da efetivação de um projeto pedagógico-educativo para a vida social em todos os espaços e dimensões da cidadania. Assim, não é apenas a escola que tem o papel de educar todos os cidadãos, mas é a cidade, projetada em todos seus espaços, que poderá desenvolver, estimular e garantir o crescimento, o aprendizado, a reelaboração da cultura e as trocas humanas para que cada pessoa cresça enquanto sujeito social em constante processo de humanização. Portanto, tendo como premissa que a cidade pode se transformar em um agente educador, este artigo visa resgatar o conceito de Cidades Educadoras, ampliar a discussão sobre a contribuição efetiva da Arquitetura e Urbanismo e identificar elementos de projeto mais adequados para suporte dessas cidades. Para isso, foi realizada revisão da literatura sobre Cidades Educadoras e experiências no Brasil e no mundo, bem como foram selecionadas cidades reconhecidas como educadoras para análise das características dos projetos apresentados como determinantes para serem assim consideradas, com o intuito de identificar características comuns. Foi verificado que as cidades implementaram diferentes projetos de acordo com o contexto local, mas possuem em comum a melhoria da interface da escola com a cidade, a criação de equipamentos comunitários e espaços públicos abertos. Assim, a Arquitetura e Urbanismo poderiam contribuir para as cidades educadoras fazendo com que o território assuma uma posição de centralidade no processo educativo, com aprendizagem permanente no espaço urbano. Por fim, este artigo pretende contribuir para o debate de soluções de desenho urbano alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, para melhorar a qualidade de vida e contribuir para a produção de cidades educadoras mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e saudáveis.

Palavras-chave: Cidades educadoras, Arquitetura, Urbanismo, equipamentos comunitários, espaços públicos abertos.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de Cidades Educadoras traz a ideia da cidade como projeto educativo, que implica conceber que a cidade pode se transformar em um agente educador a partir da efetivação de um projeto pedagógico-educativo para a vida social em todos os espaços e dimensões da cidadania. Ou seja, não é apenas a escola que tem sozinha a responsabilidade de educar todos os cidadãos, mas é a cidade, projetada em todos seus espaços, que poderá desenvolver, estimular e garantir o crescimento, o aprendizado, a reelaboração da cultura e as trocas humanas para que cada pessoa cresça enquanto sujeito social em constante processo de humanização (MORIGI, 2014).

Morigi (2014), doutor em Educação, vem se dedicando à temática das Cidades Educadoras pesquisando os desafios da educação atual e a importância de construirmos alternativas para a superação da crise da escola e da educação formal em sentido amplo. O autor defende a ideia de que a cidade poderá ser educativa em seu todo e considera que essa pode ser uma concepção utópica de cidade, relacionada ao desejo de uma vida social

emancipada, entretanto, considera utopia entendida como algo que ainda não existe, mas que poderá ser alcançado no futuro, a partir da luta por uma sociedade mais humanizada. Conforme Galeano (2004), as utopias tem como principal finalidade ensinar a caminhar em direção a um futuro melhor.

Ao longo da história diferentes aspectos contribuíram para a formação das Cidades Educadoras como “uma proposta integradora de educação formal, não formal e informal, gerada pela cidade, para todos os seus habitantes e reveladora de um compromisso político, público e ativo, que respeita as famílias e as escolas, mas também os municípios, associações, indústrias culturais, empresas, instituições e entidades coletivas” (FIGUERAS, 2008, p. 19). Conforme Silva (2019), a relação entre Cidade e Educação possui três aspectos principais como precedentes: projetos urbanos, educacionais e políticos. Tal relação “é tão forte que é até possível argumentar uma linha de reflexão que tornaria o ambiente urbano não apenas um agente de formação de ponta, mas também o ambiente educacional por excelência” (TRILLA in SILVA, 2019, p. 16).

Experiências de projetos urbanos, como as unidades de vizinhança de Clarence Perry em Nova Iorque na década de 20, experiências de projetos educacionais, como os Parques Infantis de Mário de Andrade em São Paulo na década de 30 e experiências de projetos políticos como o Estatuto das Cidades de 2001, são apenas alguns exemplos, entre outros, que demonstram a forte relação entre Cidade – Educação. “O binômio – Cidade e Educação – propõe uma articulação permanente de modo que os diversos agentes da cidade se corresponsabilizem pela educação, propondo intencionalidade pedagógica em suas ações, reconhecendo e valorizando as identidades, os contextos e os saberes locais”. (SILVA, 2019, p. 11). A história comprova, em diferentes âmbitos e experiências, que refletir sobre a relação entre educação e cidade é obrigação não só de professores, mas todos os cidadãos, tenham eles funções executivas, políticas ou outras (FRAZÃO et al., 2017).

O conceito de Cidades Educadoras ganhou força e notoriedade com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha, nos anos 1990. Neste encontro, um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios básicos centrados no desenvolvimento dos seus habitantes que orientariam a administração pública. A Carta foi revista no II Congresso Internacional (Bolonha, 1994), no VIII Congresso (Génova, 2004) e em 2020, para adaptar as suas perspectivas aos novos desafios e necessidades sociais (AICE, 2021). Já a Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), fundada em 1994, é uma associação sem fins lucrativos constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais que se comprometem a reger-se pelos princípios da Carta das Cidades Educadoras. Qualquer governo local que aceite este compromisso pode ser membro ativo da Associação, independentemente das suas competências administrativas. No início do ano 2020, já contava com mais de 500 cidades de 36 países distribuídos por todos os continentes (AICE, 2021). Atualmente, 21 municípios compõem a Rede Brasileira de Cidades Educadoras (Educação e Território, 2021).



Figura 1. Mapa com localização das cidades associadas. Fonte: AICE, 2021

Assim, as Cidades Educadoras se caracterizam por uma rede mundial de cidades ligadas formalmente à Associação Internacional de Cidades Educadoras (AICE) que discutem políticas sociais e buscam implementar projetos para transformar a cidade na perspectiva de uma cultura educativa, para a solidariedade e a participação cidadã. Seu conceito está diretamente relacionado com outros, tais como: equidade, cidadania inclusiva, coesão, sustentabilidade ou educação para a paz. A cidade educadora é, ao mesmo tempo, uma proposta e um compromisso necessariamente partilhados pelos governos locais e pela sociedade civil (MORIGI, 2014).

Nos últimos anos, o debate sobre o papel do território na formação de crianças e adolescentes norteou a elaboração de políticas públicas que compreendem a cidade como território educativo. Em 2006, o programa Escola Integrada, em Belo Horizonte (MG), já configurava-se como um exemplo de articulação de novos agentes no processo educativo, extrapolando a sala de aula e impactando não apenas a aprendizagem de meninos e meninas em idade escolar, mas também o cotidiano das famílias e comunidades, que passam a ter seus saberes e conhecimentos valorizados e refletidos (Educação e Território, 2021). No mesmo ano, Nova Iguaçu (RJ) criou o Bairro-escola Nova Iguaçu, com praças, clubes comunitários, teatros e até as próprias ruas que viraram espaços educativos. Além da reformulação curricular e da mudança no papel dos professores, o Bairro-escola exigiu um trabalho intersetorial entre as diferentes secretarias e propôs a reconfiguração da cidade como um todo. Em seu documento de criação, o programa postula que “a educação ocorre não somente nos limites da escola, mas em todos os cantos da comunidade”. Dessa forma, o bairro passa a ser visto como um grande laboratório de experiências educativas e a escola passa a ser o elemento mobilizador, a partir do qual se cria uma rede cidadã pronta a trocar conhecimentos e valores; a ensinar e, ao mesmo tempo, aprender. (Educação e Território, 2021).

Em São Paulo (SP), o Bairro Educador em Heliópolis, na EMEF Campos Salles, certamente foi inspirada na experiência da Escola da Ponte em Portugal. No documentário “Heliópolis: Bairro Educador”, do diretor André Ferezini (Portal Aprendiz, 2015a), o morador Braz Rodrigues Nogueira explica: “A gente resolveu tirar algumas paredes internas da escola e aí nasceram lá os salões que reúnem três a quatro turmas (...). Através da quebra de paredes visíveis estamos percebendo a quebra de paredes invisíveis e aproximando as pessoas no sentido em que se instala o conflito (...) única forma de incorporar a diversidade”. Posteriormente, define Bairro Educador: “Hoje, as escolas, elas têm o monopólio da educação, parece que tudo que é educação é a escola que tem que fazer. Só

que nós sabemos que a escola não dá conta sozinha da educação. Então o Bairro-Educador seria tirar as paredes da escola e a escola se diluir dentro da comunidade de tal forma, que cada beco, cada viela, cada rua, cada casa, cada instituição seja realmente uma escola”.

Diversas experiências em diferentes aspectos (urbanos, educacionais ou políticos) já ocorreram e continuam ocorrendo no Mundo e no Brasil com o intuito de articular Cidade e Educação, como os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), os CAICs (Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente), a LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), a Escola sem Muros, a Escola Aberta, o Programa Mais Educação e mais recentemente o Programa de Educação Integral.

Destacando os dois últimos, o Programa Mais Educação, criado em 2007, foi responsável por implementar a educação integral em 60 mil escolas públicas brasileiras, a partir da extensão da jornada escolar e da ampliação qualificada das oportunidades de aprendizagem, também trouxe o território para o centro do debate sobre a formação de crianças e adolescentes no Brasil. O Plano Nacional de Educação (PNE) compõe esse cenário e prevê que 50% das escolas brasileiras terão educação integral até 2024. Sua aprovação, em 2014, tem ampliado a demanda por novos arranjos educativos nos municípios e estados, exigindo medidas que reconfigurem a relação entre escolas e territórios. Essa tendência também pode ser observada na conformação do Bairro-escola Rio Vermelho, em Salvador (BA); na proposta que articula educação e saúde, concebida em Sorocaba (SP); em programas organizados em torno de uma proposta pedagógica e intergeracional, na cidade de Santos (SP); na vocação de Cidade que Educa, assumida pelo município de Coronel Fabriciano (MG).

Dessa forma, é possível perceber que as Cidades Educadoras vêm sendo debatidas na área da Educação e em políticas públicas. Entretanto, entende-se que também devem ser discutidas por outras áreas. Assim, com base no exposto, surgem alguns questionamentos: existem características comuns entre as cidades educadoras? Existe um padrão de soluções para os espaços físicos das cidades educadoras? Existem equipamentos mais apropriados para a cidade dar essa estrutura de suporte para a educação? De que forma a Arquitetura e Urbanismo podem contribuir para as cidades educadoras?

Tendo como premissa que a cidade pode se transformar em um agente educador, bem como considerando os objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, especialmente o objetivo 11 - *Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*, este artigo visa resgatar o conceito de Cidades Educadoras, ampliar a discussão sobre a contribuição efetiva da Arquitetura e Urbanismo e identificar elementos de projeto mais adequados para suporte dessas cidades.

2 METODOLOGIA

Para atingir os objetivos do trabalho, foi realizada breve revisão da literatura sobre as Cidades Educadoras e experiências no Brasil e no mundo. A partir disso, foram selecionadas cidades reconhecidas como educadoras para análise das características dos projetos apresentados como determinantes para serem assim consideradas, com o intuito de identificar características comuns, ou seja, um padrão de elementos de projeto para estrutura destas cidades.

Ressalta-se que além das mais de 500 cidades de 36 países que estão organizadas em rede pela Associação das Cidades Educadoras (AICE), existem outros municípios que também se colocaram o desafio de articular espaços, pessoas e ações em torno de processos de aprendizagem que primam pelo desenvolvimento integral de seus habitantes (Portal Aprendiz, 2015).

3 EXPERIÊNCIAS DE CIDADES EDUCADORAS

A seguir são apresentadas brevemente algumas experiências de cidades consideradas educadoras no Brasil e no mundo. Barcelona, na Espanha; Rosário, na Argentina e Porto Alegre, no Brasil, são três experiências de Cidades Educadoras, consideradas marcos importantes pela rede solidária organizada em torno da AICE (MORIGI, 2014, entre outros). Ainda, Santos, Sorocaba e Maranguape, no Brasil, são analisadas com o intuito de aproximarmos a análise do contexto local (AICE, 2021a). São apenas alguns exemplos do que é possível fazer nos municípios, utilizados para ilustrar essas dinâmicas, e talvez, inspirar novos rumos para os espaços urbanos (NOGUEIRA, 2015). Ressalta-se que mais cidades deverão ser analisadas para maior aprofundamento e compreensão sobre o tema.

Barcelona, na Espanha, é conhecida por ser a primeira cidade do mundo a se declarar uma Cidade Educadora. Investiu nos espaços públicos e na articulação de diferentes setores para garantir a educação integral de suas crianças e adolescentes. Um dos exemplos mais claros se dá na formação do Território Educativo de Ciutat Vella, distrito histórico e lar de 122 nacionalidades, mais de mil organizações sociais, 49 escolas e de uma cultura de participação social enraizada na comunidade (Portal Aprendiz, 2015). A concretização do Território Educativo de Ciutat Vella pode ser vista nas escolas, nas organizações e nas ruas, pelo modo como as famílias se relacionam com as instituições de ensino e suas propostas pedagógicas, pela conexão entre organizações sociais e escolas ou pela frequência com que estudantes ocupam e fazem uso dos espaços públicos.

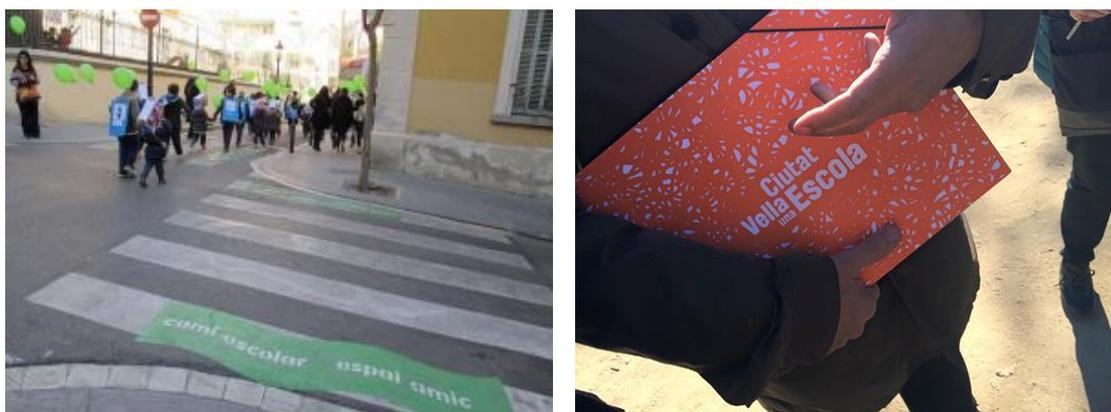


Figura 2. Barcelona – Fonte: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/07/ciutat-vella-territorio-que-educa-seus-habitantes-dentro-e-fora-da-escola/>. Acesso em 2021.

Por exemplo, o projeto “Apadriño” busca aproveitar o que o bairro têm de melhor em favor das escolas, seus equipamentos culturais, pessoas e lugares. A ideia é que os alunos olhem os museus, teatros e equipamentos culturais como parte de um território que eles podem acessar. Também foi firmada uma parceria entre uma escola de música e uma instituição de ensino, na qual as crianças

aprendem a 'batacada' e relacionam com a matemática que aprendem em sala de aula (Portal Aprendiz, 2015). Essas medidas têm como objetivo gerar redes para facilitar a convivência intercomunitária e o entendimento de que todos são corresponsáveis pela educação. Assim, percebe-se que, em Barcelona, os espaços abertos e equipamentos públicos para lazer e atividades culturais, bem como conexão entre organizações sociais e escolas, têm grande relevância nas estratégias de fomento das iniciativas locais, para atender as dimensões da Cidade Educadora.

Rosário, a terceira maior cidade da Argentina, decidiu em 1996 tornar-se uma Cidade Educadora, se localiza em um país com contexto sócio-econômico mais próximo a realidade brasileira. A decisão partiu do poder público e acompanhou um redesenho profundo na maneira como as políticas públicas da cidade passaram a ser desenvolvidas. Foram criados espaços culturais e de brincar, escolas de música, integração de práticas esportivas com promoção social, fortalecimento de instituições de bairro, economia social, hortas urbanas, aproximação entre educação, saúde e cultura. Para Rosário, tudo isso passou a fazer parte de uma política de educação que transcende o dia a dia da escola para refletir e impactar o cotidiano do município (Portal Aprendiz, 2015).

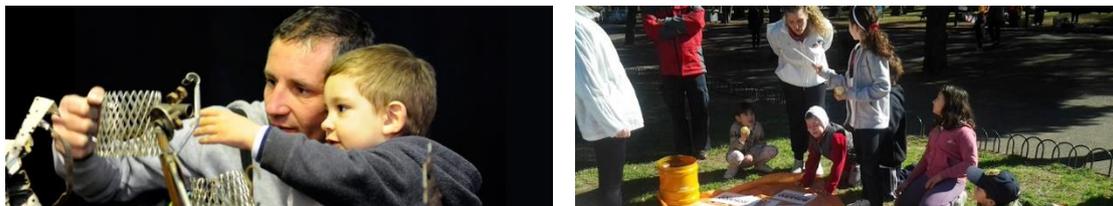


Figura 3. Rosário. Fonte: <http://innoveedu.org/pt/experiencia-de-rosario-como-cidade-educadora>. Acesso em 2021.

Além disso, a cidade adotou o modelo de orçamento participativo, já experimentado em cidades brasileiras, que tem representado uma oportunidade de engajamento e aprendizado para todos os envolvidos. Também foi construído um Conselho das Crianças, onde os jovens são instados a pensar que cidade querem e a oferecer ideias para o poder público. A proposta de Rosário busca enfrentar um desafio comum às cidades de países em desenvolvimento: reduzir as desigualdades e aprofundar a democracia. Destaca-se a importância do sentimento de responsabilidade pelo entorno, pela vida política e cidadania, pois uma Cidade Educadora tem que ser inclusiva, para que todos tenham seu direito à cidade garantido. Dessa forma, verifica-se que, em Rosário, os projetos fortalecem as ações dos coletivos, na escala do bairro e da unidade de vizinhança, e que demandam por uma gestão de co-criação. Ações são focadas em espaços abertos e equipamentos públicos, tanto para atividades esportivas e culturais, como hortas urbanas.

Já Porto Alegre (RS), Brasil, criou o projeto Cidade Escola, da Secretaria Municipal de Educação (SMED) da Prefeitura, com o objetivo de aproximar o conhecimento produzido no espaço urbano com a educação ofertada para crianças e jovens no espaço escolar, na tentativa de responder de que maneira uma política pública de contra-turno poderia contribuir para a construção de uma Cidade Educadora (Educação e Território, 2021a). A iniciativa – que atualmente contempla todas as escolas de ensino fundamental da cidade (48 no total) – oferece, durante o tempo ampliado de permanência dos alunos, atividades relacionadas às artes, cultura, esporte, lazer, inclusão digital, educação

ambiental, musical e étnico-racial. Ao final de 2015, o programa atendia cerca de 26 mil estudantes a partir dos seis anos de idade. De acordo com a coordenadora do Cidade Escola, Maria Cristina Garavelo, a rede municipal sempre teve vocação para a educação integral, com projetos de complementos curriculares nas áreas de educação física e ambiental, artes e robótica, entre outras (Educação e Território, 2021a).



Figura 4. Porto Alegre. Fonte: <https://educacaoeterritorio.org.br/experiencias/cidade-escola-porto-alegre/>. Acesso em 2021.

O projeto também realiza encontros de formação com os coordenadores pedagógicos e educadores da rede municipal de ensino com a participação das instituições conveniadas à iniciativa, para afinar e integrar os trabalhos pedagógicos entre escolas e convênios. Por exemplo, o convênio com o projeto Social Futebol Clube – que leva os alunos a campos de várzea de Porto Alegre para a prática da modalidade – e com a escola de samba Estado Maior da Restinga, que compartilha os conhecimentos de ritmistas locais através de aulas de percussão e batucada. Assim, percebe-se que, em Porto Alegre, o foco da Cidade Educadora está no ensino formal e educação integral, com projetos de complementos curriculares em diversas áreas, de fato com grande relevância para qualquer sociedade. Mas não menos importante são os investimentos em integrar equipamentos e espaços públicos para o desenvolvimento de atividades voltados à educação informal, as ações educativas no cotidiano das cidades.

Santos (SP), no litoral paulistano, com o maior porto da América Latina, sempre teve importância enorme para o Brasil. Ponto de chegada de milhões de pessoas no país, assim como local para escoamento de mercadorias, a cidade – uma das mais antigas do país e com um dos maiores percentuais de idosos – resolveu assumir sua vocação de Cidade Educadora, reforçando a ideia de que se aprende ao longo da vida (Portal Aprendiz, 2015). Para concretizar essa proposta, a Secretaria de Educação do município investe em políticas públicas que fortaleçam a ligação da comunidade com a escola, como “Santos da Gente”, que visa apresentar a cidade, seu patrimônio histórico e cultural, para os estudantes. Aproveitando o fato de que cerca de 19% da população da cidade é composta por idosos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade desenvolveu o projeto “Vovô Sabe Tudo”, que leva idosos para participar da educação como condutores de bondes, contadores de história e cuidadores de hortas comunitárias.



Figura 5. Santos. Fonte: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/educacao-ambiental-do-orquidario-de-santos-completa-30-anos-plantando-sementes-de-cuidado-com-o-planeta> e <https://transforma.fbb.org.br/tecnologia-social/vovo-sabe-tudo>. Acesso em 2021.

O incentivo à formação de grêmios escolares e uma Câmara Jovem buscam fortalecer os espaços de participação voltados para crianças e adolescentes, além de permitir que eles se envolvam ativamente nos debates sobre o futuro da cidade. Também houve a tentativa de abrir a escola para a comunidade, fazendo um ponto para serviços de saúde, prestação de serviços e emissão de documentos. Portanto, em Santos, percebe-se que o ponto de convergência segue sendo as escolas, ampliando as possibilidades de interação da escola com a comunidade. Usa o território como pano de fundo, como no exemplo do projeto de memória do patrimônio material e imaterial local, mas não expõe projetos de equipamentos e espaços públicos como aspectos relevantes na intenção de serem Cidades Educadoras.

Sorocaba (SP), há 90 km da capital paulista, com aproximadamente meio milhão de habitantes, decidiu aliar saúde e educação para repensar seu espaço e desenvolvimento e é reconhecida pela Unesco desde 2010 como uma Cidade Educadora. O município criou em 2005 o programa “Cidade Educadora, Cidade Saudável”, congregando esforços da Secretaria de Educação com as de Saúde, Esporte, Lazer, Cultura e Cidadania, além da pasta de Segurança, para transformar a localidade em um vetor de qualidade de vida (Portal Aprendiz, 2015). Foi executada uma reforma urbana visando a construção de parques, praças, plantio de árvores, ciclovias, academias ao ar livre e a despoluição do rio Sorocaba.



Figura 6. Sorocaba. Fonte: <https://educacaointegral.org.br/experiencias/oficina-do-saber-cidade-saudavel-cidade-educadora/> e <https://www.cidadeseducadorasla.org/ciudades/es/sorocaba-cidade-educadora->

desde-2008-continua-com-suas-a%C3%A7%C3%B5es-em-2018-para-construir-uma-cidade. Acesso em 2021.

A partir disso, estabeleceu-se um sistema pedagógico ancorado em três pilares: aprender a cidade, aprender na cidade e aprender com a cidade. A proposta exigiu a qualificação dos educadores e a criação de roteiros pedagógicos que envolvessem as escolas e espaços. Trilhas Educativas foram adotadas para que os professores criassem percursos pedagógicos pela cidade e se entendessem como mediadores de conhecimento. Com a tarefa de repensar a educação, os profissionais acabavam por rever também seus papéis. Dessa forma, constata-se que Sorocaba parece se apropriar bem do território da cidade como estratégia efetiva de Cidade Educadora. Cria e estabelece relações entre equipamentos e espaços públicos de interesse recreativo e ambiental.

Por fim, Cachoeira, distrito do município de Maranguape (CE), perto de Fortaleza, tem seu Ecomuseu comunitário, sediado num antigo casarão que faz parte de uma terra coletiva. A comunidade rural tem cerca de 1500 habitantes, dos quais 400 têm até 18 anos e, desde 2010, eles vêm experimentando como podem aprender juntos em diálogo com o território (Portal Aprendiz, 2015). Com o Ecomuseu, a comunidade interage mais com o global, abrindo horizontes maiores e as pessoas vão mudando seu sistema de crenças, ao mesmo tempo em que fortalecem o que há de cultural, popular e tradicional. O acervo do projeto é preparado continuamente pelos moradores e estudantes, através de pesquisas escolares. A cidade aprendeu com seu passado de cooperação, para garantir as colheitas e a posse da terra, a trabalhar em conjunto e resolveu também levar esforço para a educação de suas crianças, jovens e adolescentes.



Figura 7. Cachoeira. Fonte: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/05/15/maranguape-mobiliza-comunidade-por-uma-cidade-educadora/>. Acesso em 2021.

A Escola Municipal José de Moura entendeu que, ao lado da cultura e do meio ambiente, a educação é um dos pilares do Ecomuseu, que se estende para escola e a escola para eles, misturando o espaço físico, os tempos e ativos de aprendizado. A participação de pais, estudantes, professores, associações civis, jovens e idosos no redesenho de espaços da comunidade para a criação de um Ecomuseu reorientou os patrimônios materiais e imateriais do município para uma proposta de Cidade Educadora. O processo, ancorado na valorização da cultura local e na participação social, culminou na aprovação de um Plano Municipal de Educação que estabelece diretrizes e metas para que Maranguape se consolide como Cidade Educadora (Educação e Território, 2021). Portanto,

Cachoeira parece concentrar sua proposta de Cidade Educadora em um único espaço, o Museu, como espaço agregador e gerador de interações sociais.

Analisando essas cidades educadoras, constata-se que as cidades implementaram diferentes projetos de acordo com o contexto local, mas possuem em comum a melhoria da interface da escola com a cidade, sendo que algumas cidades criaram equipamentos comunitários e espaços públicos abertos. Determinados ambientes podem promover a interação social e a aprendizagem, além de uma valorização dos lugares públicos para uso constante pela população, como pode ser observado na síntese das iniciativas de cada cidade, no quadro abaixo.

Quadro 1 – Síntese das iniciativas das cidades educadoras analisadas:

Barcelona (Espanha)	espaços abertos e equipamentos públicos para lazer e atividades culturais / conexão entre organizações sociais e escolas
Rosário (Argentina)	espaços abertos e equipamentos públicos para atividades esportivas e culturais, como hortas urbanas / projetos fortalecem as ações dos coletivos e demandam uma gestão de co-criação
Porto Alegre – RS (Brasil)	foco no ensino formal e educação integral/ espaços abertos e equipamentos públicos
Santos – SP (Brasil)	foco na escola, mas ampliando as possibilidades de interação da escola com a comunidade
Sorocaba – SP (Brasil)	espaços abertos e equipamentos públicos de interesse recreativo e ambiental
Cachoeira – CE (Brasil)	foco no museu, como espaço agregador e gerador de interações sociais

Fonte: os autores (2021)

Assim, a Arquitetura e Urbanismo poderiam contribuir com projetos de estruturas de suporte das atividades para as Cidades Educadoras, tanto para o ensino formal, quanto para o ensino informal, realizado no cotidiano das cidades. A criação de equipamentos públicos nas comunidades, espaços públicos abertos para recreação com hortas comunitárias, centros comunitários com espaços para capacitação e geração de renda, centros de educação ambiental, escola de educação infantil, posto de saúde, conexões urbanas multifuncionais, entre outros espaços que oportunizam a articulação entre atividades de lazer aos processos de aprendizagem na ação. Ressalta-se que esses equipamentos constituem, conforme a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito a uma moradia que proporcione todas as condições para o pleno desenvolvimento social, econômico e cultural de seus moradores (VANNUCHI et al., 2015).

Neste sentido, as cidades educadoras podem convocar a aprendizagem permanente no espaço urbano e o território pode assumir uma posição de centralidade no processo educativo. Conforme Grohe (2021), a cidade enquanto "lugar de experiência" traz a oportunidade para que cada indivíduo, de acordo com seu modo próprio de ver e de pensar, dê outros sentidos para a cidade. E, ao dar esse enfoque a espaços ainda não explorados é favorecida a formação de cidadãos mais comprometidos e engajados com a cidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo trouxe uma breve revisão da literatura sobre as cidades educadoras e experiências no Brasil e no mundo, com o objetivo de resgatar o conceito de Cidades Educadoras, ampliar a discussão sobre as contribuições possíveis da Arquitetura e Urbanismo para essas cidades e identificar elementos de projeto mais apropriados para a estrutura física de suporte dessas cidades. Na sequência, foram analisadas experiências de cidades consideradas educadoras.

Foi verificado que as cidades implementaram diferentes projetos de acordo com o contexto local, mas possuem em comum a melhoria da interface da escola com a cidade, sendo que algumas cidades criaram equipamentos públicos e espaços públicos abertos. Determinados ambientes podem promover a interação e a aprendizagem, e uma valorização dos lugares públicos para um uso constante pela população. Assim, a Arquitetura e Urbanismo poderiam contribuir para as cidades educadoras no projeto de estrutura física de suporte mais adequado para as cidades, explorando as potencialidades educativas. Percebe-se que as cidades atuam de modo muito díspares sobre o entendimento da espacialização das diferentes funções que as compõem e o quanto uma Cidade Educadora deve reconhecer a relevância da estrutura do território. Estabelecer parâmetros para a estrutura física de Cidades Educadoras parece ainda ser uma lacuna a ser desvendada.

Destaca-se que, ao longo da evolução das cidades e do urbanismo enquanto campo de conhecimento e de práticas, a cidade é apresentada como o espaço das relações, da convivência e da civilidade, mostrando que as infraestruturas, a vizinhança, a densidade e os serviços públicos colaboram para a educação dos sujeitos que nela vivem. Assim, resgatar o conceito de Cidade Educadora pode contribuir não só para a educação, mas para a melhoria de outras instâncias sociais da vida cotidiana, uma vez que propõe intercâmbios de saberes, conhecimentos, experiências e até de dificuldades, elaboram projetos em defesa dos direitos sociais: educação, saúde, lazer, inclusão digital, entre outros (PINHAL, 2017).

O resgate do conceito das Cidades Educadoras, também desperta a necessidade da identificação de ações dispersas que vem sendo realizados em diversas cidades, reconhecê-las e inseri-las dentro do conceito de Cidades Educadoras, pois mesmo sem serem classificadas como ações específicas de Cidades Educadoras, percebe-se que convergem para tal. Talvez dessa forma, unificadas e não desmembradas, seja possível efetivamente construirmos Cidades Educadoras para a formação integral formal e informal da cidadania brasileira. Ao buscar recuperar o conceito consagrado de Cidades Educadoras, empreende-se a tarefa de apontar um conjunto de ações geridas nos territórios, muitas vezes de forma empírica, que são expressões concretas de espaços urbanos em que se ensina, se aprende e se vivenciam experiências de cidadania e coletividade. Como exemplo, a cidade de São Leopoldo, RS que, embora não esteja classificada como Cidades Educadora, é protagonista em vários fóruns nacionais e internacionais os quais debatem temas que permeiam o conceito de Cidades Educadoras e desenvolve ações que são, na sua essência e acepção, promotoras do direito às cidades, sobretudo, no tange aos ODS.

Esse estudo de caráter exploratório ainda levanta novos questionamentos: as universidades, por meio de projetos de extensão, podem contribuir de forma mais efetiva para a criação de Cidades Educadoras? Os efeitos da pandemia que ascenderam o debate da educação remota e trouxe à tona debates acerca da educação domiciliar (*homeschooling*), trará impactos à educação como princípio da formação para uma cidadania global? Como se descortinarão os impactos dos territórios virtuais sobre o território físico? As cidades educadoras podem contribuir para a apropriação dos espaços coletivos de forma mais justa, considerando questões de gênero, raça e classe social? Novos estudos deverão ser feitos para aprofundamento destas e outras questões.

Por fim, este artigo visa despertar para o fato de que a Cidade Educadora deve ser debatida por outras áreas, além da Educação, e deve atentar para a sua rede de espaços abertos e equipamentos públicos como espaços oportunos e necessários a efetividade da aplicação de seu conceito. Caso contrário, serão estratégias educativas pautadas no sistema de ensino tradicional, usualmente focado nos espaços escolares e alguns outros de suporte a estes. Ressalta-se a importância dos saberes locais para os projetos de territórios com potencial educativo bem como para a efetiva apropriação dos espaços públicos. Também ressalta-se que trata-se de um desafio / responsabilidade de todos, mas políticas públicas podem contribuir para desencadear a cidade como referência de práticas educativas. Assim, pretende contribuir para o debate de soluções de desenho urbano alinhadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, para melhorar a qualidade de vida e contribuir para a produção de cidades educadoras mais inclusivas, resilientes, sustentáveis e saudáveis.

REFERÊNCIAS

AICE. *Carta das cidades educadoras*. Disponível em:

<https://www.edcities.org/pt/carta-das-cidades-educadoras/>. Acesso em 06/04/2021, 2021.

AICE. Disponível em: <https://slidetodoc.com/associacao-internacional-de-cidades-educadoras-aice-como-surgiu/>. Acesso em 28/10/2021, 2021a.

Educação e Território. *Conceito Territórios educativos*. Disponível em:

<https://educacaoeterritorio.org.br/conceito-territorios-educativos/>. Acesso em 17/03/2021, 2021.

Educação e Território. *Cidade Escola Porto Alegre*. Publicado em 09/01/2017.

Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/experiencias/cidade-escola-porto-alegre/>. Acesso em 17/03/2021, 2021a.

FIGUERAS, P. *Ciudades Educadoras, una apuesta de futuro. Educación y Vida Urbana: 20 años de ciudades educadoras*. Edição da Asociación Internacional de Ciudades Educadoras. Barcelona. Editora Santilana, 2008.

FRAZÃO, Celestre; AMADOR, Filomena. Quando as cidades se transformam em espaços de educação para o desenvolvimento sustentável. In: E-

Sustainability 2017 – *Seminário Doutoral do Doutorado em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento*. Universidade Aberta – Lisboa, 2017.

GALEANO, E. *Pedagogia Urbana: quadro conceitual da Cidade Educadora*, In: GADOTTI et al. *Cidade Educadora: Princípios e Experiências*. São Paulo, Cortez, 2004.

GROHE, Sandra Lilian Silveira. *Cidades sustentáveis: princípios orientadores de educação para a sustentabilidade em contextos urbanos*. Tese (Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2021.

MORIGI, Valter. *Cidades educadoras: possibilidades de novas políticas públicas para reinventar a democracia*. 153f. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. *Territórios educativos: como aprender na cidade?* Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/06/territorios-educativos-como-aprender-na-cidade/>. 06/04/2015, 2-15.

PINHAL, Ana Luiza Coelho Ferreira. *Cidade educadora como potencialidade educacional: a educação para além da escola*. 172 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2017.

Portal Aprendiz. *5 cidades educadoras que transformaram suas realidades locais pelo aprendizado*. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/05/07/5-cidades-educadoras-que-transformaram-suas-realidades-locais-pelo-aprendizado/>. 2015.

Portal Aprendiz. *Territórios Educativos: como aprender na cidade?*. Disponível em: <https://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/04/06/territorios-educativos-como-aprender-na-cidade/>. 06/04/2015, 2015a.

SILVA, Dayana Araújo. *Cidade e educação: o itinerário formativo urbano do bairro de Heliópolis em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.

VANNUCHI, L.; IACOVINI, R.; PEREIRA, A.; MOREIRA, F. (2015). *Inserção urbana no MCMV e a efetivação do direito à moradia adequada: uma avaliação de sete empreendimentos no estado de São Paulo*. In: *Anais do XVI ENANPUR – Espaço, Planejamento e Insurgências*. Belo Horizonte.